

O normal é tecnológico: a cisgeneridade como somatécnica

The normal is technological: cisgenderism as somatechnics

Fábio Feltrin

Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

fabio.feltrin@ufpr.br

<https://orcid.org/0000-0003-0674-7351>

<http://lattes.cnpq.br/3031724708203617>

Emilia Braz

Doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

emiliabraz7@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5462-4471>

<http://lattes.cnpq.br/9476791630252007>

Resumo: Este artigo investiga a constituição da cisgeneridade como um fato natural, utilizando o arsenal teórico da ciência e tecnologia. Através de uma investigação arqueogenealógica da noção de somatécnica, o estudo problematiza a naturalidade do corpo e a binariedade de gênero. Argumenta-se que a cisgeneridade é uma operação de poder-saber-prazer que estabelece a diferença sexual como um fato científico e a estética da diferença sexual como norma visual. O conceito de somatécnica é central para entender como o corpo é sempre e já modificado por uma rede técnica de relações natureza-cultura, desafiando a distinção entre atributos naturais e culturais.

Palavras-chave: Cisgeneridade; Somatécnica; Natureza

Abstract: This article investigates the constitution of cisgenderism as a natural fact, using the theoretical arsenal of science and technology. Through an archeogenealogical investigation of the notion of somatechnics, the study problematizes the naturalness of the body and gender binarity. It argues that cisgenderism is an operation of power-knowledge-pleasure that establishes sexual difference as a scientific fact and the aesthetics of sexual difference as a visual norm. The concept of somatechnics is central to understanding how the body is always and already modified by a technical network of nature-culture relations, challenging the distinction between natural and cultural attributes.

Keywords: Cisgenderism; Somatechnics; Nature

Introdução

A palavra se faz carne nas naturezas-culturas mortais.

Donna Haraway, 2021.

O estudo sobre cisgeneridade e seus efeitos tecno-semióticos podem ser recentes, mas o uso da palavra tem se proliferado cada vez mais nos âmbitos acadêmicos e fora deles, sendo incorporado por protagonistas dos movimentos sociais, departamentos de pós-graduação e na vida cotidiana, especialmente de transexuais, transgêneras, travestis, não-binárias, como uma ferramenta epistemológica e política de intervenção social. A palavra, assim como acontece com todos os conceitos e noções que utilizamos, tem uma história e uma das tarefas que as transfeministas tem feito é a de cartografá-la sem incorrer nos erros de uma história única, unívoca ou totalizante; isto é, cabendo-nos desenhar sua genealogia e localizá-la histórica, social, política, economicamente.

Este artigo, procura se localizar nesse fluxo de trabalhos transfeminista de intervenção social, mobilizando o conceito de cisgeneridade como vetor epistêmico e político. Para tanto, fazemos uma experimentação arqueogenealógica com as noções de somatécnica, estética da diferença sexual e natureza/natural para localizar alguns percursos tecnológicos no estabelecimento e disseminação da cisgeneridade.

É importante destacarmos que no decorrer deste trabalho, a cisgeneridade será compreendida como uma operação de poder-saber-prazer em funcionamento no estabelecimento da diferença sexual, isto é, na diferenciação entre homens e mulheres como opostos complementares. Por somatécnica, nos referimos ao conjunto de tecnologias *software* e *hardware* implicados nos processos de incorporação (PEREIRA, 2017; VIVEIROS DE CASTRO, 1996), materialização e encarnação. A natureza, portanto, não deverá ser compreendida como um fato dado, mas como resultado e efeito, o subproduto e o objetivo de um investimento tecnocientífico voltado à produção da normalidade.

No escopo desta investigação, gostaríamos de problematizar a forma como o corpo é concebido e constituído como natural. Para isso, não utilizaremos interpretações que tomam o corpo como um artefato meramente natural (essencialismo) ou como resultado da elaboração

simbólica de limites inteligíveis culturais (construtivismo). Ao contrário, centraremos nossa análise em demonstrar como o corpo está sempre e já emaranhado em uma rede técnica de relações natureza-cultura a partir da qual é impossível distinguir quais são seus atributos eminentemente naturais ou culturais.

Transição de gênero ou modificações corporais?

Nos manuais médicos e psicoterapêuticos, mesmo após revisões, o dos critérios para a correta atribuição diagnóstica da transexualidade perpassa pela necessidade de modificação corporal cirúrgica e hormonal assim como a desidentificação entre um sujeito e seu corpo mediada pelas categorias “incongruência de gênero” e “disforia de gênero”. Isto é, a constatação simples e ao mesmo tempo complexa (pois envolve um conjunto técnico-semiótico multifacetado) de que se tratam de “mulheres presas em corpos masculinos e homens presos em corpos femininos” (designados homens ou mulheres, respectivamente, no momento de nascimento devido sua morfologia constatado pelo aparato visual médico) reafirma que o gênero seria uma verdade metafísica e pré-discursiva. Vamos explorar as máximas “mulheres/homens presas/os em corpos masculinos/ femininos” e como elas funcionam na cisgeneridade como somatécnica.

A Classificação Internacional de Doenças, em sua 11^a edição (CID-11), divide a incongruência de gênero em dois modos distintos, um para adolescentes e adultos e outro para crianças. Esta divisão pressupõe como um fato a relação direta e contínua entre sexo-gênero-desejo-práticas sexuais sendo definida da seguinte maneira: “Uma incongruência marcada e persistente entre o gênero experienciado por um indivíduo e o sexo atribuído”¹ (CID-11, 2019). A distinção entre sexo e gênero pressupõe, em primeiro lugar, duas esferas distintas, uma que depende e é elaborada por seres humanos, a cultural, à qual pertence o gênero e aquela que independe das elaborações humanas pois existe enquanto um fato, a natural, à qual pertence o sexo. Em segundo lugar, e como resultado direto da primeira, a natureza emerge como um dado metafísico (sagrado?) e imutável, ou seja, sua razão de ser lhe é

¹ Livre tradução do original: *a marked and persistent incongruence between an individual's experienced gender and the assigned sex.*

interior e caberia a nós sermos homens ou mulheres biológicos (aqueles que chamamos de cisgêneros) devido nossa natureza ou iniciar um processo de transição de fato (no caso de adolescentes e adultos) ou conjecturar um outro corpo através da fantasia sobre um corpo que se antecipa (no caso de crianças).

O corpo, para o diagnóstico, é uma realidade tangível e passível de ser racional e tecnicamente compreendida e acessada, além de ser algo modificável. Tais modificações, portanto, aconteceriam sobre o corpo natural posteriormente ao nascimento. O que gostaríamos de problematizar, no entanto, é a interpretação binária do corpo, pensado como “masculino” ou “feminino”, “homem” ou “mulher” e “macho” ou “fêmea”, como somente uma descrição dos fatos, ou seja, a binariedade de gênero e de sexo como um fato científico que existe enquanto fato natural que pode ou não ser modificado posteriormente. Para tanto, lançamos mão do conceito de somatécnica que possibilita pensar essas distinções opostas – mas complementares – não como fatos naturais mas, ao contrário, como métodos de modificação corporal em si mesmas.

Ao assumirmos a interpretação do corpo sendo sempre e já modificado, podemos realocar a questão da transição de gênero, entendida através de algumas modificações corporais (dieta hormonal, cirurgias, implantes, roupas, pelo e cabelo), e a cisgeneridade como operações políticas e epistemológicas. Ao fazermos esse movimento, o intuito é questionar a naturalidade do corpo, demonstrando a tópica de que ele seria o resultado da naturalização através de seu engendramento normativo. Isto é, as tecnologias de gênero, *soft* e *hard*, engendram os corpos ao simultaneamente classificá-los como homens/masculinos/machos e mulheres/femininos/fêmeas, iniciando um processo duplo de subjetivização e objetificação (produção de um conhecimento subjetivo sobre si mesmo e os outros enquanto homem/mulher e produção de conhecimento científico através de fatos que “explicam” ou “justificam” a relação entre sexo-gênero-desejo-práticas sexuais) e inseri-los em um determinado tipo de funcionamento, que chamamos de funcionamento cis.

O questionamento sobre a naturalidade do corpo no momento de nascimento, ou mesmo antes, parte da compreensão de que a designação sexual é uma operação de territorialização de certas partes desse corpo como significantes sexuais mediada pela somatécnica que é, sempre e já, uma prática de modificação corporal. O conceito de somatécnica implica uma relação inseparável entre o corpo (*soma*), como um construto de e para a inteligibilidade social, e as técnicas, ferramentas e dispositivos (*techné*) implicadas em seu engendramento, demonstrando

que todo corpo existe em relação e é animado por uma rede técnica. Esta rede, por sua vez, é o meio no e através do qual o corpo, a partir de processos de incorporação, se constitui. Tecnologias (*soft* e *hard*) “Estão sempre já inextricavelmente ligados a sistemas de poder/conhecimento [e] são constitutivos das próprias categorias essenciais para a construção das subjetividades encarnadas.”² (SULLIVAN; MURRAY, 2009: 3).

O diagnóstico, portanto, deveria ser compreendido como uma entre as várias tecnologias de gênero implicadas na representação e autorrepresentação (DE LAURETIS, 2019), mas também na constituição prostética dos corpos (PRECIADO, 2017; 2018). O *cistema*, como denominação transfeminista da articulação semiótico-técnica pautada na transfobia e no cissexismo, aliada ao racismo, ao capacitismo e à gordofobia, implicada na produção normativa dos corpos (VERGUEIRO, 2015; SILVA, 2018), é uma máquina de modificações corporais instaurando um ideal normativo ancorado na naturalização da cisgeneridade, branquitude, capacidade e magreza. A matriz de inteligibilidade social, aliada aos contextos e às ferramentas biomédicas, produzem o que chamamos de agenciamento somatécnico que, no processo, estabelece o dimorfismo sexual como fato científico e a estética da diferença sexual como norma visual.

Carregando atrás de si mais ou menos duzentos anos de história, o pressuposto da continuação entre sexo-gênero-desejo e sujeitos homens/mulheres interna e externamente coerentes não é senão uma das manifestações mais recentes dos esforços em garantir termos unívocos e fixos com os quais pensamos nossos corpos, nossas subjetividades e nossas experiências engendradas. Tal forma de pensar o corpo obtém sucesso passando por “conhecimento científico” de “fatos naturais e biológicos”, mas devemos ter sempre em mente a diferença entre o corpo e os discursos que o encorparam/são encorporados por ele, já que

os organismos são encarnações biológicas; como entidades natural-técnicas, não são plantas, animais, protistas, etc., preexistentes, com limites já estabelecidos e aguardando o instrumento adequado para serem registrados corretamente. Os organismos emergem de um processo discursivo. A biologia é um discurso, não o mundo [ou corpo] vivo em si.³ (HARAWAY, 1992: 298).

² Livre tradução original: *are always already inextricably bound up with systems of power/knowledge [and] are constitutive of the very categories integral to the construction of embodied subjectivities.*

³ Livre tradução do original: *organisms are biological embodiments; as natural-technical entities, they are not pre-existing plants, animals, protistes, etc., with boundaries already established and awaiting the right kind of*

Sendo assim, a noção de somatécnica nos possibilita enxergar como o acesso ao corpo *de fato* ou à *verdade* do corpo, seja ela cromossômica, gonadal, anatômica, hormonal ou neurosexual, é sempre o acesso à uma mediação ou, de maneira mais precisa, aos efeitos de um processo de localização/observação (*siting/sighting*) (HARAWAY, 1992) de determinadas entidades, tal qual o dimorfismo e a diferença sexual. Sendo assim, argumentamos que o corpo normal é tecnológica e politicamente constituído e que a normalidade é o resultado contingencial e contextual de uma rede tecnopolítica, constituindo, portanto, um agenciamento somatécnico. Em outras palavras, afirmamos que a constituição do corpo nos termos modernos da masculinidade e feminilidade é sempre e já sua modificação.

E quanto à máxima “homens/mulheres presos em corpos femininos/masculinos”? Tal expressão só pode existir no interior dessa cosmologia moderna que afirma existirem gêneros ou identidades de gênero essenciais e imutáveis ou, contraditoriamente, essenciais e passíveis de adequação. Em ambos os casos, as qualidades masculinas ou femininas dos sujeitos encontrar-se-iam dentro de cada pessoa, apenas esperando a manifestação externa, seja ela encorajada desde a tenra infância pela cisheteronormatividade, seja ela possibilitada por um diagnóstico, que até recentemente era exigido para retificação de prenome e sexo nos documentos e que, atualmente, tem sido objeto de investimento de uma nosopolítica (FAVERO, 2020). O que parece ficar evidente é a forma como a modificação corporal, mediada por essa somatécnica, acaba sendo naturalizada e, conseqüentemente, alcançando uma posição privilegiada frente à sociedade. Não à toa, um dos mitos fundadores de nossa modernidade é o da diferença sexual e de sua complementariedade, para o qual a distinção natureza/cultura é indispensável. Mas quais as implicações de se pensar os processos de incorporação através de um agenciamento somatécnico? Qual o lugar da natureza e da cultura nesse movimento normativo?

As técnicas de incorporação normativas

instrument to note them correctly. Organisms emerge from a discursive process. Biology is a discourse, not the living world [or body] itself.

Nosso argumento topa o estabelecimento da diferença sexual, entendida como operações de gênero (BUTLER, 2016; LAQUEUR, 2001), como ferramenta indispensável para problematizar e elaborar uma arqueogenealogia crítica da cisgeneridade. Gostaríamos, pois, de evitar o problema da identidade de gênero (recurso muito comum na busca de reconhecimento jurídico e direitos sociais), uma vez que sabemos que tal fenômeno não existe enquanto um fato ou uma verdade, mas, ao contrário, é o efeito de um conjunto de atos estilizados (BUTLER, 2016). Para tanto, nos dedicaremos a tais atos, não com o intuito de encontrar o meio através do qual uma identidade de gênero é formada mas prestando atenção às técnicas empregadas para tanto. Ao olharmos para as práticas e não as imagens que elas produzem, percebemos a existência de um movimento de localização/observação retroalimentar no qual a cisgeneridade surge como efeito da estética da diferença sexual e do dimorfismo ao mesmo tempo que esses fatos são operacionalizados pela cisnormatividade.

É neste sentido que afirmamos que o normal é tecnológico, uma vez que a norma resulta de um conjunto multifacetado de enunciados e práticas, isto é, técnicas. A norma, assim como o gênero ou a identidade de gênero, não existe enquanto tal na natureza e nas relações sociais vividas. Ao contrário, ela é o efeito de uma determinada produção da natureza que influencia tais relações sociais. Ser um homem ou ser uma mulher cisgêneros, por exemplo, tem determinadas implicações psicossociais e depende de um conjunto de técnicas (*soft* e *hard*) que não diferem substancialmente daquelas utilizadas pessoas trans. Desse modo, colocamos a questão: o que seria, portanto, a norma?

A norma pode ser compreendida como o efeito mais evidente do funcionamento das sociedades disciplinares e biopolíticas. A emergência da norma e da normatividade no interior dessas sociedades não possuem exatamente uma ação excludente do poder constituído. Ao contrário, “[...] ela está sempre ligada a uma técnica positiva de intervenção e de transformação [...]” (FOUCAULT, 2010: 43), dado que a ação normalizadora se encontra embutida nos dispositivos que se formam a partir da junção epistêmica e política entre disciplina e biopolítica. Os efeitos de normalização, portanto, são a finalidade ao mesmo tempo que funcionam como o meio no e pelo qual esse conjunto de dispositivos pode operacionalizar poder, saber e prazer. Por este modelo de poder ser positivo, ele produz algo diferente da exclusão e o que se torna essencial para seu funcionamento é o conhecimento metuculoso de um campo de regularidades

(FOUCAULT, 2010: 40). Presenciamos, portanto, o surgimento e a dispersão de tecnologias de normalização que se estendem até os dias de hoje.

É no encontro da jurisprudência e da lei com a medicina que o entendimento moderno de normalidade/anormalidade começa a se delinear no nascente campo da psiquiatria. Surgindo em meados do século XIX, o normal e o anormal aparecem através da psiquiatrização de um número de condutas que, doravante, deveriam ser analisadas enquanto sintomas de uma doença mental. A sintomatologização dessas condutas se daria partir da “[...] discrepância que [tal ou qual conduta] tem em relação às regras de ordem, de conformidade, definidas seja sobre um fundo de regularidade administrativa, seja sobre um fundo de obrigações familiares, seja sobre um fundo de normatividade política e social” (FOUCAULT, 2010: 136). O que se toma por normal ou natural desenrola-se intimamente às crenças e práticas de um determinado *socius* e ele, por sua vez, é retroativamente normalizado e naturalizado. Os dispositivos que se constituem no exercício do poder, dos quais Foucault dedica maior atenção ao de sexualidade, se dão nesse emaranhado de linhas que constituem o social, o político, a família e o Estado. Através destes dispositivos, poderíamos encontrar a produção da verdade de cada coisa, de cada planta ou animal ou, especialmente, de cada pessoa e seu sexo.

A partir do funcionamento normativo de tecnologias de poder, Foucault aponta que o campo de exercício da psiquiatria migra do governo dos loucos e do hospício para o campo do instinto e da sexualidade, isto é, se torna o problema do controle e regulação do instinto sexual (FOUCAULT, 2010: 241-242). Dito de outro modo, dedica-se em demonstrar como a fonte de todo problema, “[...] quer se trate das grandes infrações que violam as leis mais importantes, quer se trate das minúsculas irregularidades que perturbam a pequena [célula] familiar”, encontra-se nas e através das relações familiares enquanto um vetor relevante para o dispositivo de sexualidade (FOUCAULT, 2010: 242).

Nesta esteira dos modos como técnicas e carnes de agenciam, tecnossexualidade se anuncia como instituição do par normal/anormal a partir da entrada da sexualidade nos cálculos e exercícios do poder (PRECIADO, 2018: 75-90). Os primeiros movimentos de instauração do Império Sexual (PRECIADO, 2019), para Preciado, dizem respeito ao conjunto semiótico-técnico (tratados sobre a norma e o desvio sexuais e os equipamentos utilizados para tanto) que surge entre os séculos XIX e XX, como por exemplo a distinção heterossexual/homossexual e a ascensão da sexualidade como vetor de subjetivação e

incorporação. Se na esfera macropolítica testemunhamos o desenvolvimento de todo um aparato tecnológico que visa não só a elaboração de um determinado corpo (individual ou político) mas sua instituição enquanto normal e natural, na esfera micropolítica essas tecnologias operam como máquinas de captura de subjetividades. A partir de então, não se constituíram somente homens e mulheres e heterossexuais e homossexuais enquanto ficções empiricamente observáveis, isto é, fatos científicos racionalmente acessíveis, mas, complementarmente, sujeitos formaram um conhecimento sobre si próprios a partir destes mesmos termos. Testemunhamos uma multiplicidade de corpos que passaram a ser a partir de verdades e fatos observáveis no corpo. Diante disso, esse conhecimento se conecta – mas não se limita – ao que é elaborado por médicos, psiquiatras, anatomistas, biólogos, enfim, tecnocientistas.

Deste contexto surgem as definições taxonômicas dos perversos e desviantes sobre os quais as redes de poder-saber se esforçaram para controlar, regular, punir e, principalmente, corrigir. Parte-se de um pressuposto transcendental que iguala os perversos e desviantes ao anormal e antinatural, o que, por consequência, elabora no mesmo movimento o que entendemos como natural e normal. Uma vez que observamos uma dedicação admirável em descrever e nomear aquilo que desvia, tendemos a não notar os processos que irremediavelmente criam aquilo que não desvia. No final do século XIX, o termo “heterossexual” é utilizado com a função de nomear um tipo de hermafroditismo psíquico que na nomenclatura atual chamaríamos de “bissexualidade”. Para os médicos e psiquiatras de então, os sentimentos tinham um sexo biológico, isto é, a sexualidade e as práticas sexuais eram a manifestação de um conjunto de funcionamentos internos (hormonal, gonadal, psíquico). O “hétero” deste primeiro uso da palavra “heterossexual”, portanto, não se referia ao desejo afetivo e sexual pelo “sexo oposto”, isto é, do desejo “natural” do “homem” pela “mulher” e vice-versa, mas, antes, à coexistência em um só corpo do “desejo masculino por mulheres” e do “desejo feminino por homens” (KATZ, 2007: s/p).

A referência constante a tipos de hermafroditismo psíquico, é uma alusão comum no desenvolvimento da taxonomia dos perversos e desviantes. Da imagem platônica de uma união espiritual e divina ideal à noção moderna de hermafroditismo psíquico, o andrógino e o hermafrodita compuseram o imaginário social durante séculos. A influência que o imaginário mágico-social exercia sobre as relações sociais era tão grande que, até o século XIX “[...] as

impressões e vivências psíquicas eram elementos capazes de realizar manobras e prodígios concretos na fisiologia humana” (LEITE JR., 2011: 45). A ocasional mudança de sexo/gênero da qual se tem notícia faz parte de um *continuum* de normas sociais que podiam ser transgredidas, tal qual a vestimenta e os modos de agir e pensar. Até por volta do século XVIII, o sexo tal qual o entendemos hoje ainda não havia sido inventado e homens e mulheres não eram extremos opostos complementares nem pertenciam a esferas distintas. O conhecimento que se tinha durante todos esses anos que justificou e embasou uma série de hierarquizações durante a história, era de que homens e mulheres pertenciam ao mesmo sexo e o que lhes diferenciava era a uma questão qualitativa: o corpo masculino e o corpo feminino, entendidos enquanto corpos de homens e de mulheres respectivamente, não se diferenciavam principalmente pela anatomia de seus órgãos sexuais. Isso era mais um entre vários fatores levados em conta na diferenciação entre “homens masculinos” e “mulheres femininas” normais a partir da ideia de que havia um sexo para dois gêneros, a ideia do isomorfismo.

Foi somente no final do século XVIII que testemunhamos uma mudança em direção ao que atualmente compreendemos como “homens” e “mulheres” cisgêneros. A série de eventos que marcou a diferença sexual incomensurável como central no reconhecimento de um homem e de uma mulher faz parte dessa contingência de eventos cada vez mais racionalizados. O desenvolvimento industrial agenciado com os movimentos capitalistas não funciona sem a correta designação sexual de “homens”, “mulheres” e aqueles que não se encaixam em nenhuma dessas duas categorias a serem corrigidos, pois os

resultados dos processos disciplinares dos dispositivos de arquitetura panóptica e de sexualidade, das técnicas de confissão e da regulamentação do tempo do nascimento à morte foram se configurando certos tipos de corpos e determinados modos de ser com um inegável *selo histórico*: nasciam, assim, os homens, as mulheres e as crianças da era moderna. [...] [D]esenvolvendo essas singularidades para capitalizá-las da melhor forma possível, os dispositivos de biopoder da sociedade industrial visavam a obter deles certa docilidade corporal. [...] que respondiam e serviam a determinados interesses econômicos e políticos. (SIBILIA, 2015: 32).

Nesse sentido, entendemos por estética da diferença sexual uma operação poder-saber-prazer da cisgeneridade, apesar de ainda não ser nomeada dessa forma. Os termos que atualmente utilizamos para nos referir e definir uma miríade de incorporações trans (travesti, transexual, transgêneros, não-binário, etc.) começam a surgir por volta do final do

século XIX e início do século XX. Partimos do pressuposto que a “taxonomia trans” foi possível devido à já dominante somatécnica que constitui um homem ou uma mulher normais/naturais/cisgêneros a partir da biologia, da morfologia, da anatomia, da embriogênese entre outras disciplinas emergentes dos séculos XVIII e XIX.

A cisgeneridade, ou o pressuposto de que os corpos já-são homens ou mulheres (anteriormente à sua entrada no âmbito tecnocientífico do discurso), é uma máquina de atribuição de sentidos e funções aos corpos, isto é, uma máquina de modificação corporal que faz passar ela mesma como natural ou normal. Para os corpos serem significados como trans, toda uma maquinaria é posicionada visando o controle e a gestão desses corpos e suas subjetividades. Por isso nos parece correto afirmar a existência de um funcionamento cis nos processos de engendramento que, devido sua capacidade de semiotização de corpos e subjetividade, está sempre e já implicado na elaboração de corpos, sejam eles cis ou trans. O funcionamento cis encapsula o estado da arte da cisgeneridade se apresentando como a única possibilidade ao se articular com a produção tecnocientífica da divisão natureza/cultura. O limite, aqui, não é intransponível uma vez que nosso objetivo é o de questionar a naturalidade e normalidade (da cisgeneridade), isto é, questionar a própria distinção natureza/cultura e a inteligibilidade social normativa que vem com ela.

O regime de dois sexos ou os funcionamentos primordiais da cisgeneridade

Laqueur afirma em alguma época do século XVIII, o sexo que nós conhecemos foi inventado. Os órgãos reprodutivos passaram [...] [a ser] fundamento da diferença incomensurável [entre os dois sexos e os dois gêneros] (LAQUEUR, 2001: 189). O autor descreve a concepção moderna de corpo, sexo e gênero como um evento que surgiu “[...] não [...] de uma só vez, nem em todos os lugares ao mesmo tempo, e nem [...] [como] uma mudança permanente” ao recuperar diferentes concepções sobre masculinidade e feminilidade, homem e mulher, macho e fêmea da história ocidental. Até o século XVIII, o conhecimento sobre o corpo organizava-se em torno da noção de isomorfismo, isto é, os corpos masculino e feminino eram

duas manifestações diferentes do mesmo sexo, sendo uma delas perfeita (o homem) e a outra imperfeita (a mulher).

No entanto, o século XVIII marca a transição epistêmica e política de uma nova forma de conceber o corpo: trata-se do dimorfismo sexual ou como homens e mulheres possuem corpos marcados por uma diferença natural incomensurável, mas complementar. No decorrer do livro, Laqueur demonstra como a ordem hierárquica social entre os sexos era sempre e já um efeito do que chamamos, a partir dos estudos feministas, de gênero. Isto é, o que vemos como explicação e justificativa das diferenças e hierarquias é cultural, social e historicamente localizadas: as concepções, noções e crenças que norteavam o que era entendido enquanto homem ou mulher pertenciam a ordem transcendental da cultura e não da natureza. O que marca a transição do isomorfismo para o dimorfismo, no entanto, é a entrada da natureza para o campo das técnicas de poder-saber responsáveis por tais definições.

A mudança de um paradigma para outro pode ser observada a partir de três eventos, dois epistêmicos e um político, que marcam o surgimento do dimorfismo sexual e a importância que a natureza assume. O primeiro deles é o enrijecimento do possível e do impossível e, portanto, a circunscrição do corpo à dimensão do naturalmente concebível. Foi por volta do século XVIII que se cartografou, tanto material quanto conceitualmente, o corpo que atualmente tomamos por natural. Laqueur afirma que, se antes o imaginário social era permeado por imagens incríveis de corporeidades fantásticas, tal qual as mudanças sexuais do hermafrodita, isso muda com o estabelecimento da verdade através do fato científico a partir da restrição cética do imaginário ao que é biologicamente possível (LAQUEUR, 2001: 191). Além disso, se antes as diferenças entre os corpos masculino e feminino eram tomados como graus e manifestações diferentes de um mesmo e sexo, a virada do século XVII para o XVIII marcou o abandono dessa episteme de semelhanças e a ascensão de uma outra, a saber, a das diferenças incomensuráveis, da verdade encontrada na natureza e explicável pelo método científico. Esta descontinuidade marca evento da modernização sexual do corpo a partir de sua racionalização científica.

O terceiro evento, de ordem política, diz respeito aos embates pós-revolução francesa entre homens e mulheres. Anteriormente, pautados no isomorfismo dos corpos, a hierarquia entre os gêneros e os sexos tinha como base a perfeição do corpo masculino e a imperfeição do corpo feminino. Tal perfeição, entendia-se, era a diferença manifesta entre o desenvolvimento dos corpos existente em uma outra ordem, de viés transcendental, entendendo o homem, e o

corpo masculino, como melhor desenvolvido em detrimento de um outro corpo, o da mulher, não tão desenvolvido. Dos embates e disputas entre homens e mulheres que colocam em xeque a ordem hierárquica entre os sexos e os gêneros e que se localizam nesse mesmo contexto de mudanças epistêmicas, surge a necessidade de encontrar uma nova razão de ser desta ordem hierárquica. Quando a ordem transcendental da cultura deixa de ser justificativa suficiente para o ordenamento social de hierarquização dos homens sobre as mulheres, “[...] o campo de batalha do gênero mudou para a natureza” (LAQUEUR, 2001, p. 192).

A noção de dimorfismo sexual anuncia o resultado de processos contingenciais e rizomáticos, pois “nenhuma descoberta ou grupo de descobertas originou o modelo de dois sexos [...] [pois exatamente como o modelo de um sexo] a natureza da diferença sexual não é suscetível a exames empíricos” (LAQUEUR, 2001: 192). Os campos de conhecimento tecnocientíficos descritos por Laqueur, podemos inferir, desenvolvem-se nesta rede somatécnica complexa de práticas e discursos que começam a emergir entre os séculos XVII e XVIII, cujo conjunto foi denominado por Foucault (2014) de tecnologias políticas do corpo. Esta rede complexa de práticas e discursos produzem uma retórica corporal anátomo-metafísica e técnico-política (FOUCAULT, 2014: 134), desenhando simultaneamente o corpo individual assim como o corpo social. Os corpos que se desenhavam, “[...] realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade [...]”, e tal disciplinarização dos corpos busca a “[...] formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil e inversamente” (FOUCAULT, 2014: 135).

Dito isso, com o advento da sociedade disciplinar, testemunha-se a ascensão de discursos que tem como objetivo a docilização e máxima *utilizabilidade* do corpo. Se, anteriormente, a verdade resultava e se alinhava à vontade do soberano, agora, na sociedade disciplinar, os discursos e, conseqüentemente, a verdade são constituídos de uma maneira diferente, nomeadamente científica. Entre outros, o discurso da biologia será elaborado a partir de uma forma de enunciação mediada pelo desenvolvimento científico apoiado na concretude das informações oferecidas pela natureza. Tendo em mente que, longe de ser neutra, a (tecno)ciência visa a previsão e o controle (SIBILIA, 2015: 49) e que os fatos encontrados na natureza são, desde sua constituição, a cultura em funcionamento na interpretação e fabricação de tais fatos (LAQUEUR, 2001: 19), o que se pretende afirmar por uma verdade natural do corpo, o sexo, é o resultado de uma multiplicidade de conhecimentos que estabelecem o gênero. A

natureza é discursivamente constituída, estabelecendo assim um regime visual de verificação, na medida em que os discursos estabelecem o natural, o verdadeiro e o normal.

Este conjunto de tecnologias políticas do corpo apoiam-se, então, na constituição de uma verdade que logra para si o lugar da natureza. Disciplinar os corpos, nesse sentido, é possível na medida em que, ao mesmo tempo, as forças economicamente úteis de um corpo são aumentadas e exercitadas enquanto as forças políticas de dissidência são suavizadas. A organização disciplinar de um corpo implica a diminuição e coerção de suas potências para aquilo considerado necessário, correto e normal. Não acidentalmente, as categorias de “homem” e “mulher” surgem neste contexto de constituição de um tipo de corpo que, tecnologicamente construído, pode ser acoplado aos funcionamentos sociais.

O dispositivo de sexualidade foi privilegiado por Foucault exatamente por demonstrar como os dois polos de funcionamento das técnicas de poder-saber convergem e se articulam. No desenrolar da constituição do dispositivo de sexualidade, o sexo, que supostamente é o ponto de partida para sua articulação, deve aparecer concomitantemente às tecnologias que o produzem e não a partir das percepções que são feitas dele: história dos corpos e não história das mentalidades. Além do mais, é através da eleição de quatro personagens privilegiadas, a saber, a histórica, o masturbador, o fetichista e o coito interrompido que “[...] o dispositivo de sexualidade, em suas diferentes estratégias, instaura essa ideia ‘do sexo’ [...] [formando assim] pouco a pouco a armação de uma teoria geral do sexo” (FOUCAULT, 2017: 167-168). A partir destas duas questões, é importante sublinhar três importantes funções desempenhadas pelo dispositivo de sexualidade, sendo elas 1) a criação de uma unidade fictícia com a função de agrupar elementos distintos e funcionar como significante universal; 2) a função normalizadora desempenhada pelos discursos provenientes da biologia e da fisiologia; e 3) função de desligamento entre poder e sexualidade enquanto engrenagens de máquinas distintas, isto é, o poder não exerce uma função positiva sobre o sexo (criação), somente negativa (subjugação). Após a apresentação destas três funções do dispositivo de sexualidade, Foucault conclui o seguinte sobre o sexo:

O sexo, essa instância que parece dominar-nos, esse segredo que nos parece subjacente a tudo o que somos, esse ponto que nos fascina pelo poder que manifesta e pelo sentido que oculta, ao qual pedimos revelar o que somos e liberar-nos o que nos define, *o sexo nada mais é do que um ponto ideal tornado necessário pelo dispositivo de sexualidade e por seu funcionamento.* Não se deve imaginar uma instância autônoma do

sexo que produza, secundariamente, os efeitos múltiplos da sexualidade ao longo de toda a sua superfície de contato com o poder. *O sexo é, ao contrário, o elemento mais especulativo, mais ideal e igualmente mais interior, num dispositivo de sexualidade que o poder organiza em suas captações dos corpos, de sua materialidade, de suas forças, suas energias, suas sensações, seus prazeres* (FOUCAULT, 2017: 168, destaques nossos).

A construção do corpo, o que normalmente afirmamos ser o que temos de mais material, portanto, é trazido à existência e animado através de um “[...] feixe intermediário de relações” (FOUCAULT, 2017: 150). O corpo, inegavelmente material-semiótico, não existe fora do conjunto que chamamos de somatécnica. No entanto, essa materialidade não é senão o resultado da territorialização e codificação desempenhada pelas técnicas de poder-saber-prazer que encontramos no agenciamento somatécnico: produção prostética de homens e mulheres a partir do estabelecimento de significantes sexuais. Ao ser acusado de elidir o que dispositivo de sexualidade tem de mais material – o sexo –, Foucault demonstra que esse objeto, único e unívoco, é ele mesmo estabelecido através do próprio funcionamento do dispositivo de sexualidade.

Essa discussão convoca novamente as noções de norma e natureza e a distinção natureza/cultura, justamente porque sua acomodação na ordem do discurso e na produção de verdades busca separar entre “fatos” alguns elementos encontrados/postos na natureza e “feitos” culturais dos coletivos humanos. O problema que temos com essa distinção, como demonstramos no argumento do texto, é a forma como fatos são feitos e como feitos se passam por fatos, isto é, como, por exemplo, a verdade do sexo, como a diferença sexual encarnada, resulta do investimento tecnocientífico sobre os corpos a partir de meados do século XVIII e como, para tanto, categorias de inteligibilidade social são acionadas para encontrar tal diferença entre os sexos nos corpos. Podemos, assim, afirmar que os tecnocientistas responsáveis pelo estabelecimento da estética da diferença sexual realmente a encontraram nos corpos, pois foram eles mesmos que a colocaram lá (WITTIG, 2022 : 58).

Uma afirmação como essa pode muito bem ser questionada, se, no caso, não aludimos à materialidade das coisas e se não deixamos de lado aquilo que há de mais *real e indispensável* para se pensar os corpos, como o fizeram anteriormente com Foucault e a noção de sexo. De fato, tal questionamento é válido e deve ser levado em consideração. Onde se encontra a materialidade dos corpos de homens e mulheres de verdade, isto é, cisgêneros se afirmamos

que, assim como homens e mulheres trans, eles são somatecnicamente produzidos? Uma possível resposta é que sua materialidade é exatamente aquilo que se produz ao diferenciar natureza de cultura, ao se localizar certos significantes como sexuais e transformá-los em fatos naturais que correspondem às demandas culturais e sociais de masculinidade e feminilidade. A ciência está, na realidade, lançando mão de feitos para fazê-los passar por fatos, pois, novamente, trata-se da cultura e do gênero na produção da natureza e do sexo.

O sexo e, por conseguinte, toda a materialidade do corpo, é o que surge concomitantemente com o dispositivo de sexualidade e com a cisgeneridade. Para se pensar em significantes sexuais como “concretude corpórea cientificamente acessível” (LAQUEUR, 2001: 190), foi preciso haver uma movimentação – sempre rizomática e contingente – para que tais fatos fossem levados em consideração. É neste sentido que podemos afirmar que o estabelecimento da estética da diferença sexual é um procedimento tanto epistêmico quanto político, pois ele resulta de um investimento tecnocientífico sobre o corpo visando elaborar um campo de regularidades que se manifestará nas relações sociais, como por exemplo na subjugação de mulheres cisgêneras perante homens cisgêneros, de corpos negros frente à branquitude, da deficiência frente à demanda pelo corpo funcional e capaz. Tal funcionamento epistêmico e político é sempre interseccional, uma vez que se alguém é mulher, isso não é tudo o que ela é assim como se alguém é negro, trans ou deficiente, sua experiência subjetiva e corpórea não se reduz a isso. No caso de pessoas trans, por exemplo, o interesse e o investimento em direção ao que foi convencionalmente chamado de “transição de gênero” implica uma exposição social de alto risco, que, no contexto brasileiro, se materializa através de uma baixa expectativa de vida, especialmente entre mulheres trans e travestis negras, a coerção à prostituição como única forma de trabalho, a entrada no campo do desejo através da hipersexualização de seus corpos em fóruns anônimos ao mesmo tempo que seus corpos são expulsos de espaços públicos de circulação, como shoppings, escolas e até mesmo de suas próprias casas e famílias: altericídio exacerbado e sem controle.

Conclusão

A importância que o sexo assume na modernização do corpo se dá pelo seu espaço de funcionamento privilegiado e pelo ponto de encontro entre as técnicas disciplinares individuantes e as técnicas biopolíticas de massificação. Esperamos ter demonstrado o que entendemos ao utilizar a noção de tecnologia e como o corpo é tecnologicamente construído. Nos preocupamos em demonstrar mais especificamente qual a somatecnologia da constituição cisgênera do corpo, pois a própria concepção do desvio só é possível mediante o estabelecimento do normal enquanto algo natural e pressuposto. O normal, assim como o natural, é, portanto, tão tecnologicamente construído quanto aquilo que surge como seu desvio.

O par Natureza/cultura, portanto, é uma operação de poder-saber-prazer que elabora a materialidade dos corpos como normais ou anormais, naturais ou artificiais, cabendo ao segundo termo desses conjuntos processos de precarização e exclusão social. Um diagnóstico da incongruência de gênero, essa herança taxonômica do século XVIII, reafirma e restabelece o pressuposto de que há uma congruência entre sexo e gênero que, em primeiro lugar, existe de fato ou, em segundo lugar, pode ser alcançada se forem utilizadas as corretas intervenções cirúrgicas e hormonais. Corretas pois elas devem corresponder ao que a natureza de fato é e serem utilizadas exatamente com essa finalidade, qual seja, garantir a congruência entre sexo-gênero-desejo-práticas sexuais encontrada – ou melhor, colocada – na natureza: a cisheterossexualidade é, a partir dessa lógica, uma verdade biológica passível de observação racional científica e não a forma como se convencionou denominar como correto e normal um conjunto de práticas que assumiram posição hegemônica no decorrer dos eventos que compõe essa arqueogenealogia. Nosso trabalho, no entanto, foi desvelar sua naturalização através de discursos biológicos que lhe são inerentes.

Portanto, a normalidade, entendida como aquilo que é de uma determinada forma e não de outra pois é assim encontrada na natureza, é o efeito desse tipo de construção dos corpos. A distribuição gaussiana, que é a representação da norma através de uma linha que imita um sino, por exemplo, iguala um fato quantitativo (a proeminência de tal ou qual fenômeno) a um feito qualitativo. Isto é, se iguala um pênis e uma vagina medicamente aceitáveis à existência de homens e mulheres na sociedade (FAUSTO-STERLING, 2020 : 59). A curva de sino é um desses fenômenos somatécnicos que também surgem entre os séculos XVIII-XIX, resultante do investimento tecnocientífico em encontrar e delimitar o normal e igualá-lo ao natural assim como pressupõe que a maior parte da população, por exemplo, deveria se encaixar dentro dessa

determinada faixa de normalidade (DAVIS, 2006: 6). Nesse sentido, criam-se as condições de possibilidade para intervenções cirúrgicas e hormonais em corpos de crianças intersexuais assim como diagnósticos de incongruência ou disforia de gênero, visando encaixar esses corpos anormais dentro do estabelecido como normal.

Esses procedimentos do poder-saber-prazer são, sem dúvida alguma, formas de microfascismo ao qual devemos resistir: não adentrar à norma, mas explorá-la até seus limites extrapolarem como faz Agnes, hacker de gênero exímia, que “[se reapropria] das técnicas performativas de produção da identidade sexual até então utilizadas para a construção de um corpo patológico” (PRECIADO, 2018 : 403). A resistência/reexistência depende de nosso agenciamento coletivo e crítico com a norma, visando sua reapropriação e ressignificação performáticas: o corpo, o gênero, o sexo, a sexualidade, a raça, a deficiência são todas ficções somáticas construídas, o que não nos impele ao essencialismo construtivista, mas, ao contrário, nos convida ao intervencionismo *DIY*.

Referências Bibliográficas

- BUTLER, Judith (2016). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- DAVIS, Lennard (2006). Constructing Normalcy: The Bell Curve, the Novel, and the Invention of the Disabled Body in the Nineteenth Century. In: DAVIS, Lennard J. (ed.). *The Disability Studies Reader*. 2nd ed. New York/Oxon: Routledge, pp. 3-17.
- DE LAURETIS, Teresa (2000). A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, pp. 121-156.
- FAUSTO-STERLING, Anne (2000). *Sexing the Body: Gender Politics and the Construction of Sexuality*. New York: Basic Books.
- FAVERO, Sofia (2020). *Crianças trans: infâncias possíveis*. Salvador: Devires.
- FOUCAULT, Michel (2010). *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: WMF.
- FOUCAULT, Michel (2014). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. São Paulo: Vozes.
- FOUCAULT, Michel (2017). *História da sexualidade, vol. 1: A vontade de saber*, 5. ed. São Paulo: Paz e Terra.
- HARAWAY, Donna (1992). The Promise of Monsters: A Regenerative Politics for Inappropriate/d Other. In: GROSSBER, Lawrence; NELSON, Cary; TREICHLER, Paula A. *Cultural Studies*. New York: Routledge.

- HARAWAY, Donna (2021). *O manifesto das espécies companheiras: cachorros, pessoas e alteridade significativa*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- HAUSMAN, Bernice L. (1995). *Changing Sex: Transsexualism, Technology, and the Idea of Gender*. Durham and London: Duke University Press.
- KATZ, Jonathan Ned (2007). *The Invention of Heterosexuality*. Chicago: The University of Chicago Press.
- LAQUEUR, Thomas (2001). *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- LEITE JR, Jorge (2011). *Nossos corpos também mudam: A invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico*. São Paulo: Annablume; FAPESP.
- PEREIRA, Pedro Paulo Gomes (2017). As incorporações e suas poéticas. *Debates do NER*, n. 18, v. 31, pp. 137-171. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/70999>>. Acesso em: 5 mai. 2024.
- PRECIADO, Paul B (2017). *Manifesto contrassexual*. São Paulo: n-1 edições.
- PRECIADO, Paul B (2018). *Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: n-1 edições.
- PRECIADO, Paul B (2019). Multidões queer: notas para uma política dos anormais. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, pp. 421-430.
- SIBILIA, Paula (2015). *O homem pós-orgânico: a alquimia dos corpos e das almas à luz das tecnologias digitais*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto.
- SILVA, Mariah Rafaela (2018). *Corpos antropofágicos: supermáquina e interseccionalidade em cartoescrita de fluxos indisciplinados*. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Universidade do Estado do Amazonas.
- SULLIVAN, Nikki & MURRAY, Samantha (orgs.) (2009). *Somatechnics: Queering the Technologisation of the Body*. Surrey: Ashgate Publishing Limited.
- VERGUEIRO, Viviane (2015). *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade). Universidade Federal da Bahia.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (1996). Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, v. 2, n. 2, pp. 115-144. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/mana/a/F5BtW5NF3KVT4NRnfM93pSs>>. Acesso em: 10 jun. 2024
- WITTIG, Monique (2022). *O pensamento hétero e outros ensaios*. Belo Horizonte: Autêntica.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (2019). *ICD-11 for mortality and morbidity statistics*. Version 2019 April. Geneva: WHO.